

Por Jorge Wahl

Ainda em janeiro estaremos dando início a uma caminhada capaz de reafirmar ainda mais o caráter social e previdenciário dos fundos de pensão. Trata-se da decisão de um sub-grupo formado na Comissão Técnica Nacional de Relacionamento com o Participante de, até o final deste mês, formatar o plano de trabalho que marcará o começo do estudo, a ser concluído ainda em 2017, relativo à aplicabilidade em nossas entidades da Lei (nº 13.146/15) Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

“Nossa especial atenção será voltada ao artigo 3º da Lei, que trata de itens relacionados aos acessos físico e tecnológico, focando nas barreiras de acesso à informação”, aponta Marisa Santoro Bravi, Coordenadora da CTN de Relacionamento com o Participante.

Marisa baliza os passos iniciais: efetuar pesquisa de cases de acessibilidade no mercado, para entender como é realizado o atendimento para pessoas com necessidades especiais (cegos, surdos, mudos, portadores de deficiências físicas, mentais, etc); identificar o estágio atual do tema acessibilidade junto às patrocinadoras, e mapear o público das próprias entidades para identificar que tipos de necessidades especiais existem e inserir tais informações no cadastro.

**Trimestre e semestre** - A intenção, adianta Sérgio Martins Gouveia, Coordenador do sub-grupo e Diretor Administrativo e de Seguridade da CBS Previdência, é ter a pesquisa desenhada já no primeiro trimestre e as conclusões iniciais conhecidas no primeiro semestre. Se houver tempo, isso servirá de base para uma primeira apresentação, em maio, no **Encontro Nacional de Comunicação, Relacionamento com o Participante e Educação** e, de forma mais ampla e integral em outubro, no **38º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão**.

O assunto surgiu e começou a ser tratado no terceiro trimestre do ano passado e, no momento, os integrantes do sub-grupo estão analisando o farto material inicial captado para a definição do plano de trabalho. Este será tratado, no final deste mês, em uma reunião virtual, realizada assim a distância para mitigar custos. A Comissão Técnica Regional Sudoeste de Relacionamento com o Participante também está sendo convidada a participar do esforço, de modo a através de sua contribuição multiplicar resultados. “Serão mais cabeças pensando”, resume Sérgio.

A ideia é envolver não apenas as grandes entidades, mas também as de médio e pequeno porte, uma vez que, independentemente da escala de cada uma, todas têm diante de si o mesmo problema: atender adequadamente os seus participantes, sem excluir aqueles que sofrem com alguma deficiência.

**Envolver as patrocinadoras** - Serão envolvidas também as patrocinadoras, algo que Sérgio acredita que será mais facilmente alcançado com as multinacionais, que trazem a preocupação com a acessibilidade como uma herança de suas matrizes no exterior. Mas o contato com todas as empresas será fomentado, por ser este particularmente um assunto associado à cultura organizacional.

Mas, existe uma segunda razão pela qual as empresas devem ser procuradas e envolvidas. É que o tema acessibilidade não raro passa por acordos coletivos de trabalho negociados e celebrados com os sindicatos. É mais um motivo para acertar com a patrocinadora os passos seguintes.

**Fonte:** [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 23.01.2017.